



## 23.<sup>a</sup> REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

### DECLARAÇÃO FINAL

(videoconferência, 20 de abril de 2022)

Nos termos acordados na Declaração Final da 22.<sup>a</sup> Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CEMGFA/CPLP) que teve lugar, em 21 de maio de 2021, por videoconferência, realizou-se sob a presidência de Timor-Leste, a 23.<sup>a</sup> Reunião dos CEMGFA/CPLP, também por videoconferência, com a participação de todos os Estados-Membros.

**Angola** esteve representada pelo General Abreu Muengo Ukwachitembo, Chefe do Estado-Maior General Adjunto para Área Operacional e Desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas; o **Brasil**, pelo Tenente-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Brasileiras; **Cabo Verde**, pelo Major General Anildo Emanuel da Graça Morais, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; a **Guiné-Bissau**, pelo Brigadeiro General Salomé Fernandes, Chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; a **Guiné Equatorial**, pelo General Santiago Mba Sima Engonga, Representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial; **Moçambique**, pelo Almirante Joaquim Mangrassé, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique; **Portugal**, pelo Vice-Almirante Henriques Gomes, Adjunto para o Planeamento e Coordenação do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal e **São Tomé e Príncipe**, pelo Brigadeiro General Idalécio Custódio Pachire, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.



Participaram, ainda, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda, e as Representantes do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Penedos e Dr.<sup>a</sup> Iara Silva Campos.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Timor-Leste, Tenente-General Domingos Raul 'Falur Rate Laek' abriu os trabalhos, naquela que foi a sua primeira reunião deste importante Órgão da CPLP como Chefe do Estado-Maior-General das FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste. Lembrou que o interesse e a expectativa seria realizar esta reunião presencialmente, mas os efeitos da pandemia não haviam permitido a realização nesse formato. Saudou a presença dos seus homólogos e seus Representantes, e apelou à integração e harmonia das Forças Armadas dos países da CPLP constituindo-se a paz como árbitro em nossos países. Agradeceu a disponibilidade, o interesse, a dedicação e o empenho como a Guiné Equatorial, anterior Presidência, havia conduzido este importante Fórum da Componente da Defesa da CPLP, durante este último ano. Manifestou, ainda, palavras de reconhecido apreço ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, Almirante Silva Ribeiro, cuja relação de amizade remonta ao tempo das forças de resistência das FALINTIL.

Afirmou o seu inteiro compromisso com a Presidência e interesses de todos, assegurando que tomaria as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas.

Concluiu, dirigindo uma palavra de esperança e de solidariedade ao povo moçambicano, ao seu Governo e às Forças Armadas, para que a normalidade e estabilidade se restabelecesse no norte de Moçambique, o mais breve possível, e desejando que isso pudesse acontecer por via do diálogo, à semelhança do que havia acontecido com Timor-Leste em 2006.

#### **Anexo A** - Discurso do CEMG das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste

De seguida, o Senhor General Santiago Mba Sima Engonga, Representante do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné Equatorial iniciou a sua intervenção



agradecendo a todos os presentes e dando nota de alguns constrangimentos, decorrentes do contexto pandémico, no decurso da Presidência cessante deste Órgão. Continuou destacando a necessidade de fortalecer a integração, formação e cooperação entre os nossos Estados e felicitou, nesta oportunidade, a República de Timor-Leste pela Presidência atual e pela iniciativa de presidir a esta Reunião. Concluiu, salientando a relevância do debate dos temas em agenda para o reforço dos laços amistosos da Comunidade, endereçando, por fim, votos de bom trabalho.

O Senhor Tenente-General Domingos Raul 'Falur Rate Laek' agradeceu a gentileza das palavras do Senhor General Santiago Engonga, aproveitando para formular votos de sucesso ao Senhor General Lucas Obama Ndong Mikue, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial na continuação das suas funções, e deu início à ordem de trabalhos.

#### **PONTO 1. Aprovação da Agenda de Trabalhos**

A Agenda de Trabalhos desta Reunião (**Anexo B**) foi aprovada por consenso.

#### **PONTO 2. Análise da situação político-militar e das questões internacionais de Defesa e Segurança com eventuais implicações para os Estados-Membros da CPLP**

O **Coronel Armindo Sá Miranda** apresentou um informe sobre a situação político-estratégica no âmbito dos Estados-Membros da CPLP, onde aludiu sobre a conjuntura das seguintes regiões: **África Austral**, a relativa estabilidade político-securitária, ainda que identificando alguns desafios na estratégia de prevenção e combate ao terrorismo, tendo dando nota de que a situação de insegurança sentida na província de Cabo Delgado, a Norte de Moçambique, tenderia a estabilizar-se, refletindo a conjugação dos esforços internos, regionais (por exemplo, através da Missão Militar da Comunidade para o Desenvolvimento



da África Austral em Moçambique - SAMIM), e internacionais (apoio militar do Ruanda e da União Europeia, através da Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique - EUTM-MOZ); **África Central**, reconhecida como uma região de crescente interesse económico das grandes potências e caracterizada ainda pelos conflitos armados, com destaque para as sub-regiões dos Grandes Lagos e do Golfo da Guiné, tendo frisado o ativo papel que Angola vem desempenhado na securitização da região; **África Ocidental**, a paz e segurança nesta região como preocupação constante, tendo recordado a tentativa de golpe de Estado de que a Guiné-Bissau foi alvo, no passado mês de fevereiro, e aludido ao contributo da CEDEAO para a paz e a segurança regional; **Europa**, mencionando o conflito na Ucrânia, marcado pela morte de mais de 2000 civis e por colocar mais de 5 milhões de pessoas como refugiados nos países vizinhos; a resposta do Ocidente a esta invasão, enfatizando as sanções, o pedido formal de adesão da Ucrânia à União Europeia, a Resolução do Parlamento Europeu sobre a agressão russa contra a Ucrânia; e recordando o papel de países europeus, como Portugal, no apoio à Ucrânia, nomeadamente, no acolhimento de refugiados; **Sudeste Asiático**, revelando a vontade de neutralidade da maioria dos países da região, face à crescente polarização estratégica que o conflito Rússia-Ucrânia tem provocado, e destacando a notória estabilidade político e securitária em Timor-Leste, não obstante o período de pleito eleitoral; e a **América do Sul**, enquanto região de interesse geopolítico e geoeconómico para grandes potências globais, nomeadamente os EUA e a China.

**Anexo C** - Informe do CAE/CPLP

## **TIMOR-LESTE**

O **Tenente-General Domingos Raul 'Falur Rate Laek'**, Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), tomou a palavra para expor a situação político-militar em Timor-Leste, começando por atestar a necessidade e relevância das Forças Armadas, parcerias e alianças assumidas, em prol da soberania dos Estados.



Elencou as preocupações securitárias, mormente relacionadas com o domínio marítimo, destacando os movimentos migratórios, a pirataria, a pesca ilegal, o terrorismo e o crime organizado, bem como os efeitos das alterações climáticas. Assinalou que, procurando responder às ameaças registadas, fora aprovada, em 2020, documentação estruturante e estratégica de defesa militar, estando a ser realizados estudos tendo em vista a elaboração da primeira Lei de Programação Militar que se espera ver aprovada no parlamento nacional, e em vigor para o ano de 2023. Enunciou, posteriormente, cenários de atuação das Forças centrados na Defesa militar do território nacional contra qualquer agressão ou ameaça externa; Vigilância e controlo do território nacional; Participação em missões de paz e humanitárias; Intervenção no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional. Relativamente a este último, indicou que a pandemia do novo coronavírus veio colocar novos desafios às F-FDTL na sua participação conjunta com as forças de segurança, nomeadamente no controlo das fronteiras terrestres, com resultados positivos, referindo que também as cheias de 2020 e 2021 reforçaram a necessidade do emprego das F-FDTL no apoio às estruturas da proteção civil e necessidade de apoio dos países amigos da CPLP nas áreas da doutrina, da formação e do treino.

Destacou, ainda, o investimento que Timor-Leste tem garantindo na área da Defesa Militar, com 2,3% do Orçamento Geral do Estado; e reafirmou o compromisso das F-FDTL em continuarem a participar, integradas em contingentes de países da CPLP ou isoladamente, em operações das Nações Unidas, manifestando, neste ensejo, bastante expectativa perante a Proposta de criação da célula CIMIC/CPLP em Agenda.

Concluiu, reconhecendo o prestígio das Forças de Defesa de Timor-Leste, e o exemplar desempenho na defesa da soberania do país.

**Anexo D** - Intervenção de Timor-Leste



## ANGOLA

O **General Geraldo Abreu Muengo Ukwachitembo “Kamorteiro”**, Representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas, caracterizou o cenário socioeconómico da República de Angola como estável. Não obstante a crise financeira decorrente da situação pandémica e outros fatores endógenos e exógenos que frustram a dinâmica de reconstrução económica e social do país, afirmou que o Executivo Angolano mantém como pilares norteadores de atuação o crescimento económico e o bem-estar das populações, destacando o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios como exemplo de iniciativa que os promove.

Salientou que, no domínio político, Angola se prepara para eleições gerais, em agosto de 2022, tendo neste momento encerrado o processo de registo eleitoral oficioso. Fez menção à seca severa que Angola tem vivenciado, na sua Região Sul, e à construção de um projeto de grande envergadura, comportando um vasto sistema de transferência de água, que lhe procura dar resposta. No domínio de defesa e segurança, esclareceu que o clima é de paz e estabilidade, reflexo das amistosas e cooperativas relações com os países vizinhos, o que tem permitido maior eficiência no combate à imigração ilegal e à criminalidade transfronteiriça.

Ao nível regional, realçou que a República de Angola assume a presidência rotativa da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), assumido também o Comando do Mecanismo Alargado de Verificação Conjunto dessa Organização; e, na Comunidade Económica dos Estados de Africa Central (CEEAC) detém a presidência da Comissão de Organização, com a missão de continuar a contribuir no abrandamento da conflitualidade neste espaço comunitário convergente com a CIRGL. Enfatizou, ainda e no âmbito da SADC, o apoio das Forças Armadas Angolanas, integradas na missão da SAMIM, no combate ao conflito vivido na província de Cabo Delgado. Sinalizou que Angola assume a presidência rotativa da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, bem como



a 3.<sup>a</sup> Vice-Presidência do Comité Técnico Especializado de Defesa e Segurança da União Africana.

Concluiu, reforçando a relevância da reflexão, discussão e consolidação das matérias em Agenda, e expressando forte expectativa na partilha de experiências durante o debate.

#### **Anexo E** - Intervenção de Angola

#### **BRASIL**

O **Tenente-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara**, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Brasileiras, iniciou reconhecendo este fórum como um importante meio para a interação e o fomento da confiança entre nossos países e uma oportunidade para diligenciarmos por projetos na área da Defesa, refletores de interesses comuns e cooperação entre as Forças Armadas.

Destacou o Atlântico Sul e a Região Amazónica como zonas prioritárias para o Brasil, considerando fatores estratégicos, iniciativas de exploração sustentável dos recursos vivos e não-vivos, e questões energéticas vitais para o Brasil, e evidenciou alguns projetos das Forças Singulares que materializam essa prioridade e que capitalizam a Base Industrial de Defesa, representando, no ano de 2021, 4,78% do Produto Interno Bruto brasileiro e gerando cerca de 2,9 milhões de empregos.

Sublinhou, igualmente, a posição geográfica privilegiada destas Regiões e o potencial para o comércio marítimo (e concomitante desenvolvimento económico e escoamento da produção), revelando, nesta senda, a segurança das comunicações marítimas como importantes, não somente para os países da região, mas também para a CPLP.

Concluiu reafirmando a CPLP como importante catalisador de cooperação entre nossas Forças Armadas e contributo significativo para o aumento da confiança, prevenção de conflitos, consolidação da paz e da estabilidade internacional.

#### **Anexo F** - Intervenção do Brasil



## **CABO VERDE**

O **Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais**, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, contextualizou a decorrência desta Reunião num contexto mundial extremamente desafiador, e adensado pelos conflitos em curso, designadamente, com a Guerra na Ucrânia.

Mencionou que são ainda presentes os efeitos sociais e económicos trazidos pela pandemia, referindo que Cabo Verde, sendo um país insular, cuja economia está fortemente ligada ao turismo e à importação de bens de primeira necessidade, sofreu impactos rigorosos. O aumento significativo do desemprego, aliado a períodos de secas severas têm fragilizado a economia e acutilado as disparidades sociais, elevando o risco de aumento da criminalidade, fluxos migratórios ilegais e instabilidade social.

Apontou, ainda, os conflitos armados ativos no continente africano e como estes, mesmo não influenciando diretamente a situação securitária do país, o impactam, especialmente pela redução do turismo e pelo aumento da criminalidade transnacional.

Alertou, também, para a possibilidade de a conjuntura económica mundial comportar um recrudescimento da situação social, tendo, no entanto, afirmado que Cabo Verde continua a usufruir de estabilidade política e social. Demonstrou semelhante preocupação com os fenómenos como o aquecimento global, alterações climáticas e poluição marítima, que tanto afligem os países insulares como Cabo Verde.

Concluiu, congratulando a retoma das atividades da Componente de Defesa da CPLP, que tanto fortificam a união e identidade da Comunidade, bem como o seu desenvolvimento.

**Anexo G** - Intervenção de Cabo Verde

## **GUINÉ-BISSAU**

O Brigadeiro-General Salomé Fernandes, iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a oportunidade para a troca de considerações entre os Estados-Membros, salientando, igualmente, os laços históricos que os unem. Afirmou, de seguida,





que as Forças Armadas da Guiné-Bissau estão empenhadas no seu processo de reestruturação e modernização, nomeadamente, no referente ao capital humano. Mencionou os grandes desafios que as Forças Armadas enfrentam, provenientes dos processos pós-eleitorais e, abordou, nesta oportunidade, a tentativa de golpe de Estado que o país sofreu, no passado dia 1 de fevereiro.

Salientou os desafios relacionados com a COVID-19, que são transversais a toda a humanidade, atestando o contributo fundamental das Forças Armadas no âmbito do combate à pandemia, apoiando as estruturas sanitárias do país e o processo de vacinação. Reconhecendo as fragilidades das infraestruturas militares nacionais, deu ênfase ao apoio de Portugal e do Brasil no âmbito da formação e da saúde militar, e referiu o acordo de Cooperação Técnico-Militar com Portugal, afirmando ser um contributo igualmente significativo para a reestruturação militar nacional.

Ao nível regional, demonstrou algumas preocupações securitárias com o fenómeno do terrorismo, com as relações fronteiriças e com a frágil consolidação interna do país.

Terminou, recordando a solicitação de apoio que o país endereçou à CEDEAO e a aprovação de uma Força de Estabilização, e mencionado o conflito na Ucrânia e os efeitos negativos dele decorrentes, na Guiné-Bissau.

**Anexo H** - Intervenção de Guiné-Bissau

## **GUINÉ EQUATORIAL**

O **General Santiago Mba Sima Engonga**, Representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné Equatorial, assinalou que, não obstante das dificuldades económicas provocadas essencialmente pela pandemia COVID-19, o país vive um clima de paz, tranquilidade e estabilidade.

Referiu-se às dificuldades fronteiriças, nomeadamente, no referente às consequências dos fluxos migratórios, destacando o aumento da delinquência. No domínio político interno, informou estarem para breve as eleições municipais e legislativas e no contexto



internacional, afirmou que a Guiné Equatorial tem acompanhado o conflito na Ucrânia, defendendo a premissa da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

Enfatizou que o país se tem empenhado no reforço da solidariedade e dos laços de cooperação fraterna entre os Estados-Membros e focou a necessidade de paz e da segurança em circunstâncias de crise, conflito e/ou instabilidade, nomeadamente, em contextos relacionados com fenómenos terroristas, pirataria marítima, tráfico, e outros, informando, neste ensejo, que o país organizará, em maio, uma conferência sobre a temática do terrorismo.

Concluiu, apelando a que países como o Brasil e Portugal, apoiem, nomeadamente no que concerne a recursos humanos, disponibilizando formação e treino, no combate a questões relacionadas com a pirataria marítima.

#### **Anexo I** - Intervenção da Guiné Equatorial

### **MOÇAMBIQUE**

O **Almirante Joaquim Mangrassa**, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, apresentou calorosas saudações e reportou que, apesar da instabilidade militar que se regista no Norte do país, a situação política é estável e caracterizada por um diálogo permanente, estando na sua fase final o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, dos homens armados da Renamo.

Destacou a instabilidade securitária que tem assolado, desde 05 de outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, na Região Norte do país, assinalando, todavia, os progressos positivos em virtude da atuação das operações militares da Força Tarefa Conjunta e Combinada de Moçambique, da Missão SADC em Moçambique (SAMIM) e de Ruanda.

Transmitiu que o Governo Moçambicano, reagindo aos cada vez mais frequentes e intensos desastres naturais, concebeu a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas até ao ano 2025, perspetivando uma maior resiliência e economia verde.



Frisou que os efeitos da pandemia originaram um inevitável revés no desenvolvimento socioeconómico do país, considerando, no entanto, controlada a situação pandémica, devido à elevada taxa de vacinação alcançada e à manutenção de medidas sanitárias.

Mencionou conflitos internacionais como o russo-ucraniano e o vivido no Leste da República Democrática do Congo e as implicações securitárias e económicas destes. em Moçambique. Não obstante, concluiu reiterando que o país vive um ambiente de estabilidade política, resultado de um debate político encruzado com a sociedade.

## **Anexo J** - Intervenção de Moçambique

### **PORTUGAL**

O **Vice-Almirante Henriques Gomes**, Representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, qualificando o atual ambiente securitário internacional como complexo, incerto e volátil, enfatizou fontes de conflitualidade e instabilidade em várias regiões do mundo, evidenciando a invasão da Ucrânia pela Rússia e considerando-a um autêntico choque estratégico que alterou significativa e duradouramente o panorama de segurança mundial.

Elencou outros desafios e ameaças, como a exploração maliciosa da dimensão informacional, traduzida no aumento de desinformação e na intensificação dos ciberataques, as catástrofes naturais, as crises sanitárias, como a que se vive desde os finais de 2019, com consequências globais, e com potenciais restrições ao emprego dos instrumentos militares em sua resposta.

Atestou, neste sentido, a necessidade de estratégias de resposta baseadas no fortalecimento dos vínculos de aliança e de cooperação nos domínios da segurança e da defesa, podendo a CPLP desempenhar um papel privilegiado no espaço estratégico comum do mundo lusófono.

Reconhecendo a inerente morosidade e dificuldade de desenvolver e implementar projetos como o Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes (surgiu a 2015 e foi



aprovado em junho de 2021), apelou a uma maior intervenção da Componente de Defesa e a uma mais visível e eficaz cooperação entre as nossas Forças Armadas.

Concluiu, reafirmando o forte compromisso e envolvimento de Portugal no fortalecimento das capacidades de atuação conjunta e dos laços de cooperação, para que as Forças Armadas da CPLP possam desempenhar um papel de maior relevo em prol da segurança e bem-estar das populações.

**Anexo K** - Intervenção de Portugal

## **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

O **Brigadeiro-General Idalécio Custódio Pachire**, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, começou a sua intervenção reportando que a situação interna é calma e que a gestão da pandemia COVID-19 estaria controlada, enfatizando o papel decisivo da campanha de vacinação e da sensibilização contínua neste combate. Manifestou, neste ensejo, o agradecimento ao seu homólogo de Portugal pelo apoio às Forças Armadas em materiais, assim como na reabilitação do Centro de Saúde Militar.

Comunicou que estariam agendadas para o dia 25 de setembro, as eleições gerais (legislativas, autárquicas e regionais) e evidenciou as fortes tempestades que o país tem sentido e os avultados prejuízos causados e, sobretudo, a lamentável morte e desaparecimento de crianças nestes desastres.

Demonstrou preocupação com a (in)segurança marítima no Golfo da Guiné e reforçou que deveria ser uma prioridade de uma boa governança, salientando que a pirataria naquela zona tem decrescido com o aumento de patrulhamento das forças militares, de países amigos.

Despertou para as implicações, no âmbito da defesa e segurança, da Guerra em curso na Europa e de como os países menos desenvolvidos as sentem particularmente.

Concluiu, formulando votos de bom trabalho e felicitando Timor-Leste, na Presidência deste Órgão.



## **Anexo L - Intervenção de São Tomé e Príncipe**

### **PONTO 3. Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas**

A Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (GTOP), Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Penedos, expôs uma apresentação, em resultado do trabalho desenvolvido por este grupo, sobre a Proposta de constituição de uma célula CIMIC/CPLP para emprego conjunto em operações de paz (**Anexo M**).

A Proposta apresentada contempla a constituição de uma célula CIMIC/CPLP composta por 3 a 4 elementos de cada Estado-Membro, previamente formados e devidamente certificados em CIMIC, e disponíveis para integrar uma missão/operação de paz. A Coordenadora sublinhou que se trata, nesta fase, essencialmente da validação de um conceito que será oportunamente aprovado em sede própria, e cujas especificidades táticas, operacionais e de foro jurídico para a sua constituição e operacionalização deverão ser posteriormente definidas e desenvolvidas.

A Proposta mereceu apreciação favorável, tendo sido acordada a sua submissão às restantes Reuniões do presente ciclo de decisão.

### **PONTO 4. Proposta de Alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP**

Foi apresentada, pela Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Penedos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, a Proposta de Alinhamento em assunto (**Anexo N**), tendo recordado as razões na



gênese da Proposta primariamente avançada na XIV Reunião de DPDN/CPLP, em outubro de 2021, e dando nota das alterações identificadas, propostas e acolhidas pelo SPAD, relativas ao Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa e dos Regimentos Internos das Reuniões de MDN e de DPDN.

Foi mencionado, igualmente, que se optaria por um período transitório entre 2022 e 2023, em que a Presidência da Componente incumbiria a Angola, que detém a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, desde 17 de julho de 2021, e que, a partir da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP e de novo mandato em 2023, a Presidência incumbiria a São Tomé e Príncipe, Estado-Membro que se perspectiva que assuma o próximo mandato.

Após a exposição da Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Penedos, o Senhor Tenente-General Falur usou da palavra para enfatizar o papel da Reunião de CEMGFA/CPLP no planeamento estratégico da Defesa e colocou em debate a possibilidade de estender a Proposta em assunto também a este Órgão e, assim, alinhar toda a estrutura de Defesa.

Convidados a manifestar a sua posição perante ambas as Propostas, os Estados-Membros foram unânimes em atribuir parecer favorável à Proposta de Alinhamento apresentada pelo SPAD, aplicável à Reunião de Ministros/as da Defesa Nacional ou Equiparados/as e à Reunião de Diretores/as de Política de Defesa Nacional ou Equiparados/as que a precede.

A proposta de estender este Alinhamento à Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas não mereceu, neste momento, acolhimento.

## **PONTO 5. Calendarização do Exercício FELINO**

Neste ponto, o Senhor CEMG das FALINTIL recordou a calendarização aprovada em sede da XX Reunião de MDN/CPLP e segundo a qual a Guiné-Bissau assumiria o Exercício na Carta (EC), em 2022 e Portugal o Exercício no formato Forças no Terreno (FT), em 2023.



Manifestada a impossibilidade de a Guiné-Bissau efetuar o EC em 2022, mas confirmada a disponibilidade de o realizar em 2023, ficou acordado que Guiné-Bissau assumiria o Exercício na Carta, em 2023 e, sem prejuízo, no mesmo ano, Portugal ficaria incumbido de realizar o Exercício no formato FT.

Foi ainda, neste ponto, confirmada a disponibilidade da Guiné Equatorial e do Brasil para realizarem, respetivamente, o Exercício na Carta e de Forças no Terreno, no ciclo 2024/2025.

#### **PONTO 6. Colégio de Defesa da CPLP**

O Senhor Tenente-General Falur recordou, neste momento, que conforme o aprovado na XX Reunião de MDN/CPLP, a 3.ª edição do Colégio de Defesa incumbiria a Angola (2022) e a 4.ª edição a Moçambique (2023). Contudo, tendo Angola manifestado impossibilidade de acolher a 3.ª edição em 2022, por circunstâncias várias, nomeadamente adstritas à pandemia COVID-19 e ao calendário eleitoral, e não tendo sido registadas propostas de acolhimento para esta edição, a mesma ficou inviabilizada, em 2022.

Ficou acordado que Moçambique assumiria a 4.ª edição do Colégio de Defesa, em 2023 e, não tendo sido avançadas propostas de acolhimento para a 5.ª edição, a decorrer em 2024, foi recomendado que o Núcleo Permanente do SPAD coordenasse, em momento posterior, junto dos Estados-Membros, eventuais propostas para esta 5.ª edição.

#### **PONTO 7. Dinamização da Componente de Defesa: Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da NVE e Página de internet**

Para abordar este ponto, foi convidada a intervir a Dr.ª Iara Silva Campos, Representante do Núcleo Permanente do SPAD, que começou por lembrar a Declaração respeitante à reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP (**Anexo O**), aprovada na XX



Reunião de MDN/CPLP de junho de 2021, onde são identificadas as ações prioritárias para o futuro da Componente e mandatados os demais órgãos para o seu desenvolvimento.

Foram apresentadas, neste momento, duas iniciativas que traduzem esta orientação estratégica: a Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (**Anexo P**), que colige e reflete os esforços dos Estados-Membros e demais órgãos da Componente em dinamizá-la; e a nova página de internet da Componente de Defesa, ainda em construção, tendo sido comunicada a disponibilização pelo Secretariado Executivo da CPLP de um espaço/canal na página institucional da CPLP dedicado à divulgação da Componente de Defesa.

A Dr.<sup>a</sup> Iara Silva Campos concluiu a sua exposição, recordando que tanto o documento da Matriz como a página de internet são elementos dinâmicos que instam à contribuição e envolvimento contínuos de todos, para que seja possível exponenciar a projeção e dinamização que com eles se pretende.

Ambas as iniciativas foram colocadas à consideração dos presentes, tendo merecido acolhimento, e sido manifestada, na generalidade, a intenção de participar e contribuir ativamente para as mesmas.

#### **PONTO 8. Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança**

Para expor este ponto, foi dada a palavra à Dr.<sup>a</sup> Iara Silva Campos, que o fez com recurso a uma apresentação (**Anexo Q**), introduzindo que o Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança aprovado na XX Reunião de MDN/CPLP, de





junho de 2021, e em vigor desde o dia 1 de julho de 2021, prevê monitorizações anuais, a cargo de cada Estado-Membro e centralizadas no SPAD.

Recordou que, na sequência do acordado em sede da 35.º Reunião do SPAD, em março último, a primeira monitorização anual será efetuada e apresentada no ciclo de decisão de 2023, momento em que já terá decorrido mais de um ano de implementação do Plano. Assim, aqui foi apresentado um ponto de situação/reporte indicativo do grau de implementação do Plano nos Estados-Membros.

Sem prejuízo dos conhecidos constrangimentos decorrentes da situação pandémica e da natural assimetria de ritmos de implementação, foi apresentado um levantamento de algumas ações/medidas já tomadas por alguns Estados-Membros e assinalado o papel que este Plano de Ação enforma enquanto contributo da Componente de Defesa para com os instrumentos da ONU e da CPLP, em matéria de Igualdade de Género e Agenda Mulheres Paz e Segurança e enquanto promotor da visibilidade da Componente de Defesa da CPLP. Foram convidados todos a tecer considerações, tendo sido registada a anuência de todos, bem como o compromisso de continuarem a mobilização de esforços para a implementação deste Plano de Ação.

#### **PONTO 9. Apreciação dos documentos a aprovar na XXI Reunião de MDN/CPLP**

Foi dada a palavra ao Diretor do CAE/CPLP, que com recurso a uma apresentação (**Anexo R**), expôs, de forma genérica, o Relatório de Atividades e Execução Orçamental, evidenciando as principais iniciativas de 2021 com destaque igualmente para a inauguração do Espaço “CPLP” e da Biblioteca do CAE/CPLP, bem como as publicações do Boletim Estratégico, da Revista Estratégica e do Livro “Os 18 anos do Centro de Análise Estratégica da CPLP”, e o Plano de atividades previsto para 2022 e 2023 (**Anexo S**).



Destacou as Reuniões da Componente de Defesa em que a direção do Centro esteve presente, bem como os eventos, cursos e visitas que promoveu, salientando o esforço e empenho colocados na profissionalização e capacitação dos seus quadros. Recordou a necessidade do cumprimento atempado e regularização dos compromissos assumidos, pelos Estados-Membros, perante o Fundo Especial, por forma a que o Centro possa assegurar a continuidade do funcionamento e gestão regular das atividades a dinamizar.

O CEMG das FALINTIL -FDTL agradeceu a exposição do Diretor do CAE/CPLP, convidando todos os Estados-Membros a pronunciarem-se. Seguidamente, foram mencionadas as já discutidas Propostas de criação de célula CIMIC/CPLP, e Proposta de Alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, perante as quais não foi registado óbice. Foram, posteriormente, transmitidas, pelo Senhor Tenente-General Falur, as Conclusões do VIII Fórum de Saúde Militar (**Anexo T**) e apresentada a Proposta de agenda da XXI Reunião de MDN/CPLP (**Anexo U**).

Todos os CEMGFA ou Equiparados e seus Representantes apreciaram os documentos e propostas apresentadas neste ponto, recomendando o seu encaminhamento para aprovação em sede da XXI Reunião de MDN da CPLP.

#### **PONTO 10. Calendarização de atividades**

O Senhor Tenente-General Falur deu início a este ponto, comunicando a necessidade de calendarização de diversas atividades:

- a.** 24.<sup>a</sup> Reunião de CEMGFA/CPLP, em 2023

Os Estados-Membros foram convidados a intervir, não se tendo registado, nesta oportunidade, propostas de acolhimento.



Foi indagada, neste sentido, a possibilidade de Angola assumir esta Reunião, retomando o critério de rotatividade por ordem alfabética definido para a Presidência deste Órgão. Não foi, a este momento, confirmada, por Angola, essa disponibilidade, tendo sido recomendado ao Núcleo Permanente do SPAD colocar esta proposta, por escrito, aos Estados-Membros, para que possam pronunciar-se sobre a viabilização da mesma, oportunamente e em tempo de ser submetida à XV Reunião de DPDN/CPLP e XXI Reunião de MDN/CPLP, ou propor alternativas.

**b. 2.<sup>a</sup> Reunião de DSIM/CPLP, em 2022**

Neste ponto, dando seguimento ao que tinha sido previamente acordado na 35.<sup>a</sup> Reunião do SPAD, foi confirmado por Portugal a disponibilidade em organizar esta 2.<sup>a</sup> Reunião de Diretores/as dos Serviços de Informações Militares ou equiparados/as, a realizar-se em 2022.

Recordando a importância desta Reunião e do nível de compromisso e de representação exigível, foi solicitada a comunicação, por parte de cada Estado-Membro, ao SPAD da disponibilidade do/a respetivo/a Diretor/a dos Serviços de Informações Militares para participar, indicando a janela temporal mais conveniente dentro do período consensualizado (setembro/outubro de 2022).

**c. 3.<sup>a</sup> Reunião de DSIM/CPLP, em 2023**

Foi confirmada, por Angola, a disponibilidade para acolher esta Reunião em 2023 (março/abril, procurando enquadrar-se esta Reunião no calendário do ciclo de decisão).

**d. VII Conferência das Marinhas/CPLP, em 2022**

Neste ponto, o Senhor Tenente-General Falur solicitou a confirmação da organização desta Conferência por parte da Guiné-Bissau, conforme acordado e registado em Ata da VI



Conferência das Marinhas/CPLP. A Guiné-Bissau, não dispondo de informação que permitisse a confirmação, adiou-a para momento posterior.

**e. XIX Encontros de Saúde Militar/CPLP**

Foi confirmada, por Moçambique, a organização deste evento, com possibilidade de formato presencial e virtual, no último trimestre de 2022.

**Encerramento**

O Tenente-General Domingos Raul 'Falur Rate Laek', Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), deu por encerrada a 23.<sup>a</sup> Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP tendo agradecido a presença e colaboração dos homólogos dos Estados-Membros presentes e demais Representantes, na expectativa que o próximo encontro possa decorrer de forma presencial.

Por videoconferência, aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois.

Aprovada, por procedimento de silêncio, aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.



## **ANEXOS**

- A.** Discurso de abertura Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)
- B.** Agenda e Delegações da 23.<sup>a</sup> Reunião de CEMGFA/CPLP
- C.** Informe do CAE/CPLP
- D.** Intervenção de Timor-Leste
- E.** Intervenção de Angola
- F.** Intervenção do Brasil
- G.** Intervenção de Cabo Verde
- H.** Intervenção da Guiné-Bissau
- I.** Intervenção de Guiné Equatorial
- J.** Intervenção de Moçambique
- K.** Intervenção de Portugal
- L.** Intervenção de São Tomé e Príncipe
- M.** Proposta de constituição de uma célula CIMIC/CPLP para emprego conjunto em operações de paz
- N.** Proposta de Alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP
- O.** Declaração respeitante à reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP
- P.** Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP
- Q.** Apresentação com ponto de situação/reporte do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança
- R.** Apresentação do CAE/CPLP “Relatório de Atividades e de Contas”
- S.** Documentos de gestão do CAE (Deliberações da XI Reunião do Conselho Consultivo do CAE; Relatório de Atividades e execução orçamental de 2021; Plano de reajustamento de atividades para 2022 e proposta de Plano de Atividades para 2023)
- T.** Conclusões do VIII Fórum de Saúde Militar
- U.** Proposta de agenda da XXI Reunião de MDN/CPLP